



**PARECER JURÍDICO Nº2059/2021 - NSAJ/SESMA/PMB**

PROCESSO Nº18493/2021 - GDOC.

**INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - DEUE/SESMA**

**OBJETO: ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, NO MODO DE DISPUTA ABERTO, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA FUTURA E EVENTUAL "EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES E ASSESSÓRIOS, OBJETIVANDO O ABASTECIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM- SESMA.**

**Senhor Secretário Municipal de Saúde,**

Este Núcleo Jurídico foi instado a se manifestar sobre a MINUTA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, NO MODO DE DISPUTA ABERTO, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA FUTURA E EVENTUAL "EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES E ASSESSÓRIOS, OBJETIVANDO O ABASTECIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM- SESMA.

**I - DOS FATOS**

Tratam os autos da análise manifestação sobre a MINUTA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, NO MODO DE DISPUTA ABERTO, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA FUTURA E EVENTUAL "EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES E ASSESSÓRIOS, OBJETIVANDO O ABASTECIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA



MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM- SESMA, conforme solicitado no MEMO N°389/2021-DEUE/SESMA, de 17/06/2021.

Em apertada síntese, colacionamos abaixo trechos do aludido MEMO:

Considerando que esta Secretaria desenvolve ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, com o intuito de prestar o melhor atendimento à população, com maior resolutividade nos atendimentos e melhor perspectiva na terapêutica do paciente;

Considerando que a presente aquisição é destinada a suprir a demanda da Rede de Urgência e Emergência-RUE da Secretaria Municipal de Saúde de Belém, em razão da atual situação de emergência no âmbito do Município, para enfrentamento preventivo da pandemia do COVID-19 (coronavírus), bem como das demais patologias;

e,

Considerando que a presente aquisição torna-se essencial, do ponto de vista desta administração, pois são indispensáveis no que diz respeito ao aumento das chances de sobrevivência e de suporte ininterrupto dos usuários e a efetividade das ações de segurança em saúde no âmbito da RUE, encaminhamos Termo de Referência, solicitando a adoção das providências relacionadas ao procedimento de aquisição, mediante Registro de Preços, objetivando a Aquisição de equipamentos médico-hospitalares e assessorias para a rede, conforme as especificações constante do Termo de Referência anexo;

Ademais, constam nos autos, para a elaboração do parecer requerido, os seguintes documentos:

- Termo de Referência Revisado (com Anexo A), sem aprovação do gestor;
- Pesquisa de Preços da CGL/SEGEP (Mapa comparativo de 29/09/2021), com anexos;
- Minuta do Edital e anexos;
- Despachos e E-mails da Gerencia de Instrução Processual;
- Despacho do Senhor Secretário da SESMA;

É o sucinto relatório.

Avenida Governador José Malcher, nº 2821, São Brás, CEP 66090-100

E-mail: [assessoriasema@gmail.com](mailto:assessoriasema@gmail.com)

Tel: (91) 31846109



## II – DOS FUNDAMENTOS

### II.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De início, convém destacar que compete a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.666/93 prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados a esfera discricionária do Administrador Público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Em respeito aos princípios fundamentais das Licitações Públicas, os quais garantem a observância constitucional da Isonomia, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes, na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em respeito a seus princípios basilares, tais como: **Princípios da Isonomia** (tratamento igual a todos os interessados na licitação); **Princípio da Impessoalidade** (obriga a Administração a observar nas suas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos das licitações); **Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa** (a conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem de ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração).

Portanto, a minuta do edital e seus anexos devem estar de acordo com a legislação pátria no tocante a essa abordagem principiológica, o que se constata ao compulsar os autos.



### **- Da Negativa da Participação em Registro de Preços**

Por se tratar de procedimento licitatório que trata de objeto que requer a maior unicidade possível, esta SESMA entende que a possibilidade de intervenção de outras participantes irá causar embaraços que podem prejudicar a aquisição, além do que é um procedimento demorado e que irá subtrair tempo, o qual não dispomos, sendo assim, excepcionalmente, sugerimos que seja suprida a divulgação de Intenção de Registro de Preços.

Ressalte-se que por se tratar de uma Secretaria de Saúde, devemos ter o máximo de presteza para sempre poder atender todos os pleitos que temos diariamente, e esclareça-se, são muitos. De outro lado lidamos com as intervenções judiciais e do parquet, os quais fazem diversas solicitações de adequações, inclusive de medicamentos.

Veja-se que a legislação pátria prevê a possibilidade do órgão gerenciador negar a participação, conforme dispositivo abaixo transcrito da Lei 7892/2013:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador.

Desta forma, com fundamento na necessidade de conclusão célere do procedimento e na manutenção da garantia de unicidade na aquisição do objeto, sugere-se que não seja publicada a intenção de registro de preços, passando-se a etapa seguinte.

### **II.2 - DA LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME'S, EPP'S E MEI'S.**



O Art. 47 da Lei Complementar, assim define:

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (...)”

E, conforme alterações ocorridas pela Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, passa a ser obrigatório para a Administração Pública a participação exclusiva de ME's e EPP's em determinados certames, conforme art. 48 da LC 147/2014:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (...)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Face a isso, o presente certame, conforme aponta a pesquisa mercadológica da CGL/SEGEP de 29/09/2021, possui ITENS que contemplam PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE Microempresas - ME's, Empresas de Pequeno Porte - EPP's e Microempreendedores Individuais - MEI's, especializadas no ramo; e também, ITENS de COTA RESERVADA de até 25% para ME's, EPP's e MEI's, nos termos apontados na legislação citada acima, além de ITENS de LIVRE concorrência, conforme a seguir detalhados: ITENS DE EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI: 01, 02, 06, 07 a 10, 17, 20 a 28, 33 a 51, 54, 56 a 58, 61, 63 a 70, 76 a 78, 80 a 85; ITENS DE COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA ME's, EPP's e MEI's: 05, 12, 14, 16, 19, 30, 32, 53, 60, 73, 75 e 87; e, ITENS DE LIVRE CONCORRÊNCIA: 03, 04, 11, , 13, 15, 18, 29, 31, 52, 55, 59, 62, 71, 72, 74, 79 e 86. Tudo, claramente evidenciado no anexo II da minuta do edital, a qual passamos a apreciar.



### **II.3 - DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL E SEUS ANEXOS**

O PE/SRP caracteriza-se especialmente pela inexistência da "presença física" do pregoeiro e dos demais licitantes, uma vez que toda interação é feita por meio de sistema eletrônico de comunicação pela Internet. Possui como importante atributo a busca pela potencialização do conceito de agilidade em processos licitatórios, minimizando custos, mantendo a segurança e isonomia, estando absolutamente consolidado para a administração pública.

De plano, cabe ressaltar que o PREGÃO ELETRÔNICO não é uma nova modalidade licitatória, diversa do Pregão Presencial, é apenas uma das formas de realização desse tipo de certame, fundada em conceitos de competitividade, modernidade e agilidade, esculpida na Lei nº 10.520/2002.

A intenção de usar cada vez mais o Pregão, mormente na sua forma eletrônica, como modalidade prioritária, está abarcada na própria redação do art. 9º do Decreto Municipal 75.004/2013 o qual determina:

"Art. 9º. O art. 3º do decreto 47.429/2005, passa vigorar com a seguinte redação: os contratos celebrados pelo município, para a aquisição de bens e serviços comuns, a exemplo dos especificados no anexo i, mas não se limitando, serão precedidos, obrigatoriamente, de licitação na modalidade pregão na sua forma eletrônica, destinada a garantir, por meio, da disputa entre os interessados, a compra mais célere, econômica, segura e eficiente".

Isto posto, fica evidenciada a decisão desta SESMA, como também, se faz necessário reconhecer a adequação do serviço desejado com o permitido em lei, dessa forma, bens e serviços comuns são produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista a clara possibilidade de serem comparados entre



si e não necessitarem de avaliação minuciosa, disponibilidade efetiva e de fácil acesso no mercado, de um modo geral.

Passemos ao detalhamento.

### **II.3.1 - DA ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA (REVISADO)**

O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva, consoante estabelece o artigo 3º, XI, do Decreto Federal Nº 10.024/2019.

No caso em comento, verifica-se que o Termo de Referência (TR) ora analisado traz o objeto da contratação, a justificativa, especificações técnicas (Anexo A), item com estimativa de custo/dotação, detalhamento da apresentação da proposta, classificação, qualificação técnica, indicando ainda o prazo, local e condição de entrega dos itens, responsabilidades de contratante e contratada, entre outros itens cabíveis, inclusive vigência das futuras contratações, pelo que se verifica que em sua forma, o documento está apto para sua aplicação efetiva.

Não é demais destacar que o Termo de Referência equivale ao Projeto Básico, disposto na Lei 8.666/1993 (lei de Licitações) em seu artigo 6º, IX.

Recomenda-se, por fim, que o TERMO DE REFERENCIA que compõe os AUTOS ELETRONICOS seja devidamente aprovado e assinado pelo gestor competente.

### **II.3.2 - DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL**



No que concerne a análise da minuta do edital em epígrafe faz-se imperiosa a observação dos procedimentos estabelecidos no artigo 9º do decreto federal nº 7.892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços e institui os parâmetros mínimos que devem estar inseridos no edital, vejamos:

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo;

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de



desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

**No item 1**, DO OBJETO, consideramos que a descrição está em consonância com o consignado no processo e estabelece suas especificações de modo que os seus termos possam ser compreendidos com exatidão pelos interessados, conforme demonstra o termo de referencia (revisado) e Anexo A.

**No item 2** da presente minuta verificou-se ainda as condições básicas para os licitantes participarem do certame, notadamente as pessoas jurídicas enquadradas como ME'S, EPP'S E MEI'S, que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, com cadastro e habilitação atualizados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e que atenderem a todas as condições do presente edital, inclusive de seus anexos. Além disso, o referido item aduz sobre aqueles que estão impedidos de participar do processo licitatório.

**Nos itens 3 a 14** restaram estabelecidos os regulamentos operacionais do certame com a identificação dos procedimentos desde o credenciamento para acesso ao sistema, com o consequente envio das propostas, documentos e declarações necessárias, procedimentos da sessão atinente a modalidade pregão eletrônico para registro de preços, impugnações e recursos, critérios de julgamento, adjudicação e homologação do certame, até a formação do cadastro de reserva, tudo nos termos da Lei 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto Municipal 75.004/2013 e da Lei 8.666/93.



Inclusive, com as definições necessárias, decorrentes da natureza do presente certame licitatório, que possui ITENS DE EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI, ITENS DE COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA ME's, EPP's e MEI's e ITENS DE LIVRE CONCORRÊNCIA.

**Nos itens 15 a 20**, por se tratar de Sistema de Registro de preços, o edital regulamentou as questões necessárias ao referido registro através da formalização, do controle e das alterações de preços, até os critérios de cancelamento da ata de registro de preços, tudo, nos termos do Dec. federal 7.892/2013.

**Nos itens 21 a 24**, estão evidenciados os ditames acerca dos futuros contratos decorrentes do certame em comento, definindo as obrigações de contratante e contratada, fiscalização da execução, bem como a descrição da entrega e recebimento do objeto, o que está em sintonia com o estabelecido na Lei 8.666/93 e com o termo de referencia que originou o presente certame.

**Nos itens 25 e 26**, estão evidenciadas as cláusulas de forma de pagamento e dotação orçamentária, sem reparos a serem realizados.

**Nos itens 27 a 29**, estão destacadas as cláusulas assecuratórias de sanções e penalidades, criminais e as condições de extinção e encerramento do contrato. Sem reparos a apontar.

**Nos itens finais 30 a 34** estão estabelecidas as regras de vedação a subcontratação, alteração subjetiva e foro, concluindo com as considerações finais e a lista de anexos.

Constatou-se, dessa forma, que os procedimentos adotados na minuta do edital atinente a modalidade pregão eletrônico para registro de preços estão de acordo com a legislação vigente, e não merece censura neste aspecto formal.

Assim, a presente minuta do edital, em seus aspectos jurídicos, obedece aos requisitos legais para a modalidade PREGÃO, NA

FORMA ELETRÔNICA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, NO MODO DE DISPUTA ABERTO, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA FUTURA E EVENTUAL "EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES E ASSESSÓRIOS, OBJETIVANDO O ABASTECIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM- SESMA, conforme solicitado no MEMO N°389/2021-DEUE/SESMA, de 17/06/2021.

De modo que, não identifica-se óbice à sua publicação, e, consequente, abertura da fase externa da licitação.

### **II.3.3 - DA ANÁLISE DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Quanto à análise da Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV da Minuta do Edital) que é documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas constatou-se a observância dos requisitos necessários que devem constar na ata de registro de preços.

A referida minuta de Ata de Registro de Preços, em sua apresentação formal, apresenta cláusulas de qualificação das partes, objeto, obrigações da Contratante e da Contratada, obrigatoriedade de publicação e registro junto ao TCM, todas de acordo com o exigido pela lei 8666/93 de direito público. E, sua vigência restou estabelecida com o prazo de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

Constatou-se, ainda, a existência das cláusulas que garantem as prerrogativas inerentes a celebração da Ata de Registro de preços, notadamente a possibilidade de cancelamento da Ata, readequação dos preços registrados, das obrigações dos Órgãos Participantes e não Participantes.



Dessa forma, a Ata de Registro de Preços atende as exigências dispostas no processo licitatório de modo que não merece censura e o documento está apto a ser assinado.

#### **II.3.4 - DA ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO**

Anexo a minuta do edital, está a minuta do contrato, e, neste ponto, o artigo 55 e incisos da Lei 8.666/93 institui as cláusulas necessárias a todo contrato administrativo:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;



XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Dessa forma, ao se fazer a análise da minuta do contrato, em seu aspecto formal, constatou-se que a mesma apresenta cláusulas de qualificação das partes, objeto, justificativa, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, obrigatoriedade de publicação e registro junto ao TCM, todas de acordo com o exigido pela lei 8666/93 de direito publico.

O Contrato em comento, está regido pelo disposto na Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decretos Federal nº 10.024/19, nº 7.892/13 e nº 8.538/15 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 9.209-A/16, Decretos Municipal nº 47.429/05, nº 48.804A/05, nº 49.191/05, nº 75.004/13 e nº 80.456/14 e demais legislações aplicáveis ao assunto.

Constatou-se a existência das cláusulas que garantem as prerrogativas inerentes a celebração dos contratos administrativos, notadamente a alteração e rescisão unilateral, fiscalização e aplicação de penalidades por parte da Administração.

Assim, após análise do contrato, o mesmo atende às exigências dispostas no art. 55 da lei nº 8.666/1993, que determinam quais cláusulas são necessárias em todo contrato, de modo que o documento contratual está em condição de ser assinado.

**Face ao exposto, é dever lembrar que, futuramente, depois de confirmada sua pactuação, o contrato deverá ser firmado pelas partes e por 02 (duas) testemunhas, o que é indispensável para que o mesmo seja publicado resumidamente no DOM, e tenha eficácia, nos justos termos do art. 61, parágrafo único da lei nº 8.666/1993 e junto ao TCM, conforme a Instrução Normativa nº 04/2003/TCM/PA.**

#### CONCLUSÃO

Ante o exposto, este NSAJ/SESMA, em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, analisando o interesse da administração pública, **MANIFESTA-SE** de maneira favorável à MINUTA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, NO MODO DE DISPUTA ABERTO, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA FUTURA E EVENTUAL "EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES E ASSESSÓRIOS, OBJETIVANDO O ABASTECIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM- SESMA, conforme solicitado no MEMO N°389/2021-DEUE/SESMA, de 17/06/2021.

Adicionalmente, vale lembrar que, após confirmada sua pactuação, o contrato seja ser firmado pelas partes e por 02 (duas) testemunhas, o que é indispensável para que o mesmo seja publicado resumidamente no DOM, e tenha eficácia, nos justos termos do art. 61, parágrafo único da lei n° 8.666/1993 e junto ao TCM, conforme a Instrução Normativa n° 04/2003/TCM/PA.

Ressaltando o caráter MERAMENTE OPINATIVO da presente manifestação cabendo à Secretária Municipal de Saúde o desfecho da demanda.

Belém, 19 de Novembro de 2021.

**ALFREDO ALVES RODRIGUES JUNIOR**

Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos - NSAJ/SESMA.

1. Ao controle interno para manifestação;  
2. Após, à Autoridade Superior competente para as providências que se fizerem necessárias.

**ANDREA MORAES RAMOS**

Diretora do Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos - NSAJ/SESMA.